



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2.686, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1997.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
ALTERAR AS CLÁUSULAS 1ª E 2ª DO
CONVÊNIO ENTRE O IPERGS E O
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES.**

DARCY POZZA, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu
sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As cláusulas primeira e segunda do Convênio,
de 04 de novembro de 1975, firmado entre o Instituto de Previdência do Estado do
Rio Grande do Sul e o Município de Bento Gonçalves, passam a ter a seguinte
redação:

**“ Cláusula primeira - O Estado, através do Instituto
de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, prestará aos servidores públicos
municipais e pensionistas do Município de Bento Gonçalves, os serviços de
assistência médico-hospitalar e laboratorial.**

**Cláusula segunda - O Município de Bento Gonçalves
pagará ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, para
atendimento do que estabelece a cláusula primeira, a percentagem de 13,20%
(treze vírgula vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1998, sobre a
totalidade dos salários de contribuição dos servidores municipais, e demais
vantagens sobre eles incidentes, inclusive o 13º salário, excluídas àquelas de
natureza indenizatória ou eventual, sendo que deste percentual, 10% (dez por
cento) é proveniente de desconto do salário dos servidores, e, 3,20% (três vírgula
vinte por cento) a contribuição do Município.”**

Art. 2º - As pensões concedidas até 31 de dezembro de
1997, continuarão sendo de responsabilidade e pagamento do IPERGS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO


Art. 3º - Com exceção da assistência à saúde que compreende assistência médico hospitalar e laboratorial que permanece a cargo do IPERGS, os benefícios constantes do artigo 207, incisos I e II da Lei Municipal nº 1.732, de 17 de abril de 1990, passam, a partir de 1º de janeiro de 1998, à responsabilidade do Município, até que seja constituído o Fundo de Aposentadoria, Pensões e demais benefícios do Município.

Parágrafo único - Os valores dos benefícios que passarão a ser concedidos pelo Município, serão calculados nos mesmos percentuais dos concedidos pelo IPERGS, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

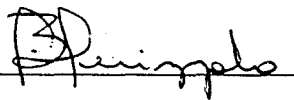
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial, as cláusulas primeira e segunda do Convênio firmado em 04 de novembro de 1975.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos trinta e um dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e sete.


DARCY FOZZA
Prefeito Municipal


Registre-se e publique-se




Registrad... as fls. 030

e publicad. 02

Em 02/01/98



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE B. GONÇALVES

Reg. no Livro de 

N.º 2.686 à Fl. 046


Secretaria Geral